A Hora

Compromisso com o Vale do Taquari.

Fundado em julho de 2002

Lajeado, **quinta-feira**, 19 de novembro de 2015
Ano 12 - Nº 1472

Avulso: **R$ 1,00**

Fechamento da edição: 21h



BELLATOR

Roberta Paim estreia na competição

A lajeadense Roberta Paim Rovel coloca a invencibilidade à prova contra a canadense Jullia Budd. Luta ocorre amanhã, às 20h, nos Estados Unidos.

Esportes

SALÁRIO ADICIONAL

Parlamentares **cobram** pagamento do 13º salário

O presidente do Legislativo de **Lajeado**, Carlos Ranzi (PMDB), ainda não autorizou o depósito do 13º salário dos vereadores. O repasse foi considerado ilegal pela Justiça, em 2009, forçando a devolução de dinheiro. No ano passado, 11 assinaram requerimento para voltar a receber o benefício. A decisão veio após o Tribunal de Contas do Estado (TCE) mudar de posição e julgar lícito o pagamento. Hoje, a sessão plenária ocorre às 19h, na Univates. **Página 4**

VIOLÕES E HARPAS

Grupo **prepara** shows

ANDERSON LOPES



Grupo com 40 integrantes, todas mulheres, ensaia para as apresentações natalinas. Iniciativa começou faz dez anos. **Conexão**

CRUZEIRO DO SUL

Asfalto **depende** do Estado

Município aguarda liberação para pavimentar as ruas Albino Fleck e Laura Azambuja. **Página 9**

TEMPO NO VALE

Quinta-feira no Vale: nebulosidade variada com chance de chuva
Mínima: 20°C - Máxima: 28°C

BM tem menor efetivo em 30 anos

ANDERSON LOPES



CORPORAÇÃO COMPLETA 178 ANOS: a saída de 1,7 mil PMs neste ano, maior parcela por aposentadorias, aumenta o déficit de efetivo na corporação. Faltam dez mil servidores no RS, metade da atual tropa. No Vale do Taquari, defasagem chega a 40%. Condição força comandos a aprimorar gestão **Página 12**

CONCURSO PÚBLICO

Governo **projeta** substituir profissionais do Icos

A Administração Municipal de **Lajeado** programa concurso público para substituir quadro de profissionais destinado pelo Instituto Continental de Saúde (Icos), contratado em 2012. A medida, em fase de debates, depende de mudanças no regime de contratação de servidores do município. **Página 6**



Rodrigo Martini
martini.jornal@gmail.com
lentem.wordpress.com

Uma cadeira, um extintor e a luz de emergência

O que seria dos políticos sem as promessas? Como garantiriam votos – ou aplausos – não fosse pelas promessas? No Brasil, em meio a tanto descrédito político, deveria ser crime hediondo não cumpri-las. Aliás. Perdão pelo exagero. Talvez uma improbidade administrativa bastaria para impor mais responsabilidades ao gestor.

As falsas promessas são danosas. Eu explico. Por vezes, planejamentos de vidas são baseados em projeções. Essas, balizadas muitas vezes nas palavras de agentes públicos. E numa democracia representativa, em tese, deveríamos confiar naquilo que nosso representante anuncia.

Por exemplo. Se um presidente ou governador assegura a construção de um megaempreendimento em uma cidade X, é de se esperar que muitos contribuintes optem por uma mudança de vida para esse determinado município. Afinal, pela promessa do gestor, haverá empregos e desenvolvimento nesse local. É um chamariz e tanto para momentos de crise.

O breve exemplo serve só para demonstrar o quão responsável devem ser as promessas e anúncios. São milhões de brasileiros migrando de cidade em cidade em busca de melhores oportunidades todos os anos. E para esses, qualquer perspectiva positiva serve de critério para a escolha de um novo lugar para viver.

Mas o agente público parece despreocupado com tal situação. A busca pela perpetuação no poder não permite a ele tal preocupação. Ela é inócua perto do desejo da possível eleição, ou mesmo de uma exitosa reeleição. E com isso, as promessas seguem a esmo. Sem obsessão alguma com o efetivo cumprimento de determinadas metas.

> “A amnésia dos eleitores permite a ciclicidade de tais façanhas.”

Esses comprometimentos mentirosos, na maioria das vezes, ocorrem durante o período eleitoral. As campanhas costumam ser recheadas de falsos deveres, e isso é histórico no Brasil. A amnésia dos eleitores permite à ciclicidade de tais façanhas. Mas os dispersos pactos são ainda mais dolosos durante a gestão do agente público. E disso a região está saturada.

São inúmeras promessas descumpridas pelo caminho. Podemos citar as aguardadas obras de acesso asfáltico para os pequenos municípios, prometidas no distante 1998 pelo então governador Antônio Brito. Certamente, teve quem investiu em áreas lindeiras, imaginando a valorização do terreno e a proximidade com o desenvolvimento. Danou-se.

E tem mais, obviamente. Há exatos quatro anos, em novembro de 2011, o ex-governador Tarso Genro anunciou R$ 40 milhões em investimentos na educação do estado, tudo em parceria com o governo federal. O prenúncio pomposo estampou capas dos principais jornais da capital e do interior. Elevou às alturas, naquela altura, o gestor.

Para o Vale do Taquari, foi anunciado, entre outros, investimento de quase R$ 80 mil na aquisição de materiais e aparelhos para equipar um laboratório de cozinha e serviço culinário da escola técnica de **Estrela**, onde o ensino é gratuito. Hoje, a realidade é desalentadora.

Após 48 meses da promessa dos governos estadual e federal, o espaço recebeu, daquela verba prevista, uma cadeira, um extintor de incêndio e uma luz de emergência. E nenhum político veio a público anunciar isso. Muito menos quem foi aplaudido no passado.

Câmara na Univates

Interessante a estratégia do presidente do Legislativo lajeadense, Carlos Ranzi (PMDB), de levar a sessão plenária desta semana para os ambientes da Univates. Aliás, o jovem peemedebista se destaca pelas atitudes pró-ativas, aproveitando bem o destaque dispensado ao líder da câmara. Sobre o evento, será uma boa oportunidade para os vereadores explicarem o próprio 13º salário.



Tiro Curto

– Nesta semana, o Ministério Público Federal exigiu a presença de engenheira do próprio MPF fiscalizando as obras de asfaltamento do PAC, em **Lajeado**;

– Reunião do PMDB, na segunda-feira, foi de muitas críticas ao governo de Luis Fernando Schmidt. No início de dezembro, ocorre novo encontro, com votação dos associados pelo fim ou não da coligação com o PT em Lajeado. O PMDB quer indicar o candidato para majoritário, e não descarta convidar um nome filiado – hoje – ao PP para tal;

– Em **Estrela**, o prefeito Rafael Mallmann (PMDB) atua sem oposição na câmara. Felipe Schossler e Paulo Scheren, que abandonaram a oposição já este ano, vão sair do PPS e buscar espaço no PTB em março de 2016. Enquanto isso, toda a cúpula do PT vai migrando aos poucos para o PV. Marco Wermann será o próximo;

– Gerente da empresa responsável pela varrição urbana em Lajeado, Eloir Deitos reclama de perseguição por parte da equipe de fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente. Segundo ele, a fiscal, envolvida na polêmica do Cartel do Lixo, estaria exagerando “para mostrar serviço”. Ele contesta notificação sobre pagamento equivocado à funcionários;

– Na suplência da câmara de Lajeado, Rui Reinke (PROS), o “Adriel”, foi deixado de lado outra vez pelo vereador Delmar Portz (PSDB). O tucano pediu licença do cargo por 15 dias, e não solicitou a nomeação do suplente para ocupar a vaga. A mesma cena ocorreu em setembro;

– Uma casa teve parte da estrutura abalada pelas máquinas da prefeitura de **Taquari**, afirma a proprietário. O poder público não quer pagar. O caso virou Boletim de Ocorrência na polícia no dia 1º de outubro.

– Governo de Lajeado vai firmar convênio com a Instituição de Crédito Comunitário Portosol. Em 2009, a ONG – qualificada como OSCIP – foi motivo de forte discussão no Congresso entre os senadores do PMDB, Renan Calheiros e Pedro Simon.

“Errar é humano. Culpar uma outra pessoa é política.”
Hubert Humphrey

Autovalorização gera desvio de função

Tem muito Cargo Comissionado (CC) se autovalorizando e cobrando salário maior em **Lajeado**. Entre os casos, está o do recémnomeado assessor técnico de Projetos Especiais da Secretaria de Governo (Segov), cujo salário é de CC4. Ocorre que tal servidor, na verdade, atua como um subsecretário na Secretaria do Meio Ambiente (Sema), onde não há CC4 disponível a ele.

Se o Ministério Público (MP) descobrir isso, o prefeito poderá ser responsabilizado pelo evidente “desvio de função” de tal servidor. É ilegal tal situação, obviamente. Mas a promotoria precisa correr. Pois já tramita na câmara um projeto de lei que cria o cargo de coordenador de Gestão do Meio Ambiente, na Sema, a ser ocupado pelo funcionário em questão. Claro, com salário de CC4.



Política

◆ Assembleia propõe reajuste de 8,1%

ESTADO – A Assembleia Legislativa protocolou nessa terça-feira o projeto para reajustar em 8,1% os salários dos servidores efetivos e dos cargos em comissão. A revisão dos salários também vale para funções gratificadas, aposentados e pensionistas. Caso aprovado, os vencimentos entram em vigor no próximo ano.

Vereadores **pressionam** por 13º salári

Em 2014, 11 parlamentares assinaram requerimento pedindo a volta do benefí

Lajeado

O presidente do Legislativo Carlos Ranzi (PMBD) ainda não autorizou o depósito do 13º salário dos vereadores neste ano. A situação causa desconforto entre alguns parlamentares favoráveis ao pagamento do benefício. Para a assessoria jurídica da câmara e para o Tribunal de Contas do Estado (TCE), não há impedimento legal para o repasse. Caso seja depositado, o custo supera R$ 75 mil.

Djalmo da Rosa (PMDB), Ildo Salvi (PT), Élio Lenhart (PT), Paulo Door (PMDB), Ernani Teixeira (PDT), Delmar Portz (PSDB), Antônio Schefer (SDD), Waldir Gish (PP), Carlos Kayser (PP), Cirio Schneider (PP) e Lorival Silveira (PP) são os vereadores favoráveis ao pagamento do 13º. Heitor Hoppe (PT), Sérgio Rambo (PT) e Sérgio Kniphoff (PT) são contrários.

De acordo com o assessor jurídico da câmara, Flávio Ferri, o pagamento do benefício ocorrerá dentro da legalidade. "Nada, dentro da lei, impede o pagamento. Mas a decisão de autorizar ou não cabe ao presidente. É uma decisão política. E em caso de negativa, os vereadores podem buscar por outros meios", esclarece.

Até o momento, Ranzi não confirma o pagamento. Afirma não ter certeza sobre tal decisão, e lembra que os vereadores poderão requerer na Justiça tal remuneração extra. Ele já buscou informações junto ao Ministério Público (MP). "Tive reunião com o promotor de Justiça. Me informou que é legal, que o entendimento deles é que é possível pagar."

O presidente confirma ter sido procurado por alguns vereadores que solicitam agilidade no pagamento do 13º. Mas ele prefere não polemizar a situação. "Me pediram se vou pagar. Não foram todos que me perguntaram sobre isso", comenta. O depósito bancário precisa ser efetivado até o fim do ano.

RODRIGO MARTINI



Presidente Carlos Ranzi diz que foi questionado por vereadores sobre a decisão de pagar ou não o 13º referente a 2015

Um dos líderes do PP em Lajeado, o vereador Waldir Gish (PP) defende o repasse aos parlamentares. Para ele, a câmara local é uma das mais enxutas e econômicas do estado. "Poderíamos gastar até 6% do orçamento, e estamos distantes disso. Além do mais, sempre sobra recursos no Legislativo, suficientes para auxiliar outras entidades. Por isso, acho justo o 13º. Está na lei."

> "Nada, dentro da lei, impede o pagamento. Mas a decisão de autorizar ou não cabe ao presidente. É uma decisão política."
>
> Flávio Ferri
> Assessor jurídico da câmara

Dois benefícios dos cofres públicos

O pagamento do valor aos vereadores gera situações curiosas. O parlamentar Carlos Kayser (PP), por exemplo, é fiscal de obras concursado na prefeitura de Lajeado, atuando na Secretaria de Planejamento (Seplan). Pela função, já recebe um pagamento anual pelo benefício trabalhista previsto na legislação.

Ou seja, com o 13º recebido como vereador, serão dois benefícios por ano pagos com recursos públicos. "Várias câmaras do país pagam. E se está na Constituição, eu sou favorável ao recebimento. Embora seja uma situação discutível." Segundo ele, caso seja apontada qualquer ilicitude no pagamento, ele se posicionará contrário ao repasse.

"Não me preocupo se vão pagar"

Antônio Schefer (SDD) assinou o requerimento encaminhado em setembro do ano passado ao então presidente Djalmo da Rosa (PMDB), solicitando a volta do 13º aos vereadores. Hoje, afirma estar despreocupado com o pagamento do benefício. "Não muda nada receber ou não. Não to nem aí. Quem tem que decidir se o repasse está dentro da lei são os órgãos competentes para isso", resume.

Por outro lado, o vereador Paulo Dorr (PMDB), que assumiu cadeira neste ano, após morte de Hugo Luis Vanzin (PMDB), afirma necessitar do 13º. "Vou pela maioria, desde que o jurídico ateste a legalidade. Sou sincero. Estou apertado financeiramente." Para ele, é preciso maior fiscalização sobre os gastos do Judiciário. "Tem juiz ganhando quase R$ 5 mil só de auxílio moradia", exemplifica.

Devolução de valores em 2009

A remessa desse benefício às contas dos vereadores reiniciou em 2014, após o TCE decidir pela legalidade do pagamento que estava suspenso desde 2009, quando a Justiça de Lajeado deferiu uma liminar, atendendo ação civil pública ajuizada pelos promotores Carlos Augusto Fiorioli, Veloci Melo Pivatto, Neidemar Fachinetto e Sérgio da Fonseca Diefembach.

O objeto da ação questionava a legalidade de valores rec pelos parlamentares locais gislatura 2005/2008, como 1 lário e verba de representaçã liminar concedeu medida ca de constrição judicial dos ve identificados como de propri dos vereadores, com averbaçã prontuários respectivos jun Detran/RS, tudo para garar êxito da ação civil pública.

A ação declarava incon cional a lei municipal qu torizava o pagamento, e c nava os vereadores à devo dos valores recebidos na período. Com a decisão jud todos os parlamentares e su tes que receberam 13º tiv que ressarcir os cofres púb O vereador Paulo Door, por e plo, devolveu R$ 16 mil em referente a esse processo.

No ano passado, os ver res receberam valores de 20 também aqueles retroativo 2013, referentes ao primeiro da atual legislatura.

Sessão na Univates

A sessão plenária de hoje ocorre no Teatro da Univates, a partir das 19h. São dois projetos d lei previstos para votação. O primeiro aprova a planta de valores dos imóveis, e estabelece a política tributária para o exercício de 2016, aumentando em 9% o valo do IPTU.

Também será votado o projeto de lei que concede o título de Cidadão Lajeadense ao padre Antonio Puhl, proposta assinada pelas bancadas do PT, PMDB, PDT e PP. Após o expediente, está agendada a apresentação da Orquestra de Concertos de Lajeado (Oclaje).

Audi
abas
ener

Estado

A demora
para religar
depois dos te
foi debatida
pública na A
va (AL). O en
pela Comissã
senvolvimen
Turismo, pre
Adilson Troc
teve partici
das três con
tribuem ene
AES Sul e CE

Os três in
sas – Antôn
da AES Sul;
RGE; e Paul
Machado, d
traram os p
que vêm re
abrangência
tadas nas li
subestações
Atribuíram
meno El Niñ
na distribui
se estendeu
res, provoc
tuação de e
de municíp

A AES Su
dios que a
pios contr
nária, com
490 mil a
rais e que
334 mil t
em 24 hor
tes, demor
da energia
AES Sul, A



Deputado